

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.525, DE 2016

Inclui, no Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo atinente aos direitos da vítima de ato infracional.

Autor: Deputado CÉLIO SILVEIRA

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº **6.525/2016**, de autoria do Deputado Célio Silveira, pretende alterar a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para incluir capítulo relacionado aos direitos da vítima de ato infracional.

A esta proposição não foram apensadas outras propostas legislativas.

O projeto, distribuído a esta Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno), tramita sob o regime ordinário e sujeitam-se à apreciação conclusiva pelas comissões.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.



II – VOTO DA RELATORA

O objetivo da presente proposição, conforme já relatado, é incluir, no Estatuto da Criança e do Adolescente, um capítulo destinado aos direitos da vítima de ato infracional.

Em sua justificação, o autor do projeto ressalta que:

“O direito brasileiro, conforme consabido, não confere a devida importância às vítimas de atos infracionais, considerando-as apenas como sujeitos passivos da infração.

Todavia, como ensina Antonio Scarance Fernandes, ‘não se pode manter mais uma visão meramente abstrata de vítima, considerada um mero sujeito passivo do delito, forçado a colaborar com a Justiça criminal. É ela, antes de tudo, um sujeito de direitos que deve ter no processo meios de defendê-los de maneira concreta e eficaz, sejam direitos ligados a interesses civis e criminais, seja mesmo direito à tranquilidade, à sua vida privada, à sua intimidade’.

Dessa forma, é papel do legislador buscar soluções que, sem reduzir as garantias do representado, confirmem direitos à vítima do ato infracional.”

Entendemos que a proposição, por se mostrar conveniente e oportuna, deve ser **aprovada**. Afinal, o que busca a proposição é conferir às vítimas tratamento mais humanizado e digno, para que deixem de ser tratadas como meros sujeitos passivos da infração e passem a ser, também, sujeitos de direitos.

Nesse sentido, aponte-se que a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução nº 40/34, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1985), já estabelecia que *“as vítimas devem ser tratadas com compaixão e respeito pela sua dignidade”*, assim como deixava expressa a necessidade de se conferir às vítimas alguns direitos, como à informação e de assistência médica e psicossocial, o que vai exatamente na linha proposta no projeto em análise.



Por todo o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.525/2016.

Sala da Comissão, em de novembro de 2022.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

